



**Jornal do**

Terça-feira, 27 de setembro de 2016

JJ550/12500 exemplares

# Judiciário



Siga o Sintrajud nas redes sociais:  
facebook.com/Sintrajud  
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - **Gestão: Unidade e Luta 2014/2017** - Tel.: (11) 3222-5833 - **Edição Especial - PEC 241 e outros projetos que retiram direitos**

## Reformas podem retroceder mais de 80 anos em direitos conquistados

PEC 241 pode ter impacto devastador sobre os serviços públicos e 'puxar' demais reformas, que liquidam direitos previdenciários, trabalhistas e sociais



Servidores vestidos de 'vampiros', em referência a Michel Temer, que aprofunda projetos que atacam os trabalhadores gestados no governo Dilma (PT)

“Se essas conquistas forem derrubadas, o que nos espera nos próximos 20 anos? Começar tudo novamente?”, indaga a professora universitária Márcia Ferreira, pouco antes de participar da marcha que

levou mais de dez mil a Brasília contra as reformas do governo de Michel Temer (PMDB), que acelera e aprofunda propostas gestadas no governo Dilma (PT).

A preocupação procede. Os projetos do im-

popular presidente já são vistos como o mais brutal ataque a direitos em décadas. A Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 é uma espécie de carro-chefe, que pode 'puxar' as demais, que redefinem direitos trabalhistas e

previdenciários consolidados ao longo de pelo menos 80 anos.

A essência da proposta, reconhecida pelo governo, é 'congelar' os gastos primários dos orçamentos, para que sobre dinheiro para pagar as dívidas públicas. O termo 'gastos primários' engloba quase tudo que não seja despesa financeira. Por 20 anos, as previsões orçamentárias seriam restritas aos orçamentos executados no ano anterior, acrescidas, no máximo, da inflação (IPCA). Outro projeto, o PLP 257 (agora PLC 54 no Senado), aprovado na Câmara, congela o orçamento dos estados e modifica item da Lei Fiscal que pode levar à inclusão das terceirizações nos gastos com pessoal.

Na prática, haverá redução de recursos para todo o serviço público, inclusive o Judiciário, e para as políticas sociais. “É um ajuste fiscal numa dimensão que nós não conhecemos e está relacionado à retomada da taxa de lucro [dos empresários]”, disse o professor Roberto Leher, reitor da UFRJ, em recente debate, ao defender a unidade dos trabalhadores para enfretar tudo isso.

## O 'elefante' deles agora é todo o serviço público

Início da década de 1990.

O hoje senador Fernando Collor ocupava a cadeira presidencial, eleito sob o factóide 'caçador de marajás'. Comercial oficial na TV anunciava a venda de estatais: o locutor está na sala da casa de uma família, sentada à mesa ao fundo. Ele diz: “Já foi importante uma forte presença do estado na economia...” – a campanha toca. O locutor abre a porta, entra o elefante. O homem que fala pelo governo prossegue, sempre com a família e, agora, o enorme animal em segundo plano: “Só que o Estado engordou muito em áreas não prioritárias para você, cidadão. Ficou pesado. Com a desestatização, o Estado vai investir pesado em saúde, educação, habitação, saneamento e segurança”.

Antes do término do comercial do programa de desestati-

zação, ouve-se o refrão da campanha, parodiando canção popular: “Um Estado pesado incomoda muita gente”.

Cerca de duas décadas e meia depois, os grupos políticos que defendem o programa neoliberal de desestatização fazem discursos nos quais, na prática, os 'elefantes brancos' agora são a educação, a saúde, a previdência, o Judiciário, enfim, o conjunto dos serviços públicos.

Esse discurso está sintetizado em um projeto, que pode ser tratado como 'mãe' de todos os outros: a PEC 241/2016. Na década de 1990, eles esconderam que os recursos seriam usados não na saúde e na educação, mas no pagamento de juros a banqueiros. Dessa vez, até admitem que será assim.

## Editorial

O que será dos serviços públicos e dos direitos sociais nos próximos 20 anos, caso os projetos que desmontam os orçamentos públicos sejam aprovados? O que será do futuro das atuais e próximas gerações, caso passem os projetos que estraçalham os direitos previdenciários e trabalhistas?

O questionado governo Michel Temer não apenas dá continuidade ao 'ajuste fiscal' da gestão petista de Dilma Rousseff, como aprofunda medidas antisserviço público e contra os direitos sociais.

Está em curso um dos mais graves ataques a conquistas dos trabalhadores da nossa história. As reformas, se aprovadas, vão significar um retrocesso de mais de 80 anos nas relações de trabalho e dos direitos previdenciários.

Não foi um deslizamento de 12 horas de trabalho diárias, anunciadas pelo ministro do Trabalho. As menções à restrição do direito à aposentadoria somente aos 70 anos também não, assim como o fim da paridade e da legislação, que impede que aposentados e assistidos de determinados benefícios sociais recebam menos que o salário-mínimo.

Nas esferas de poder, tramam ainda o fim do SUS universal, a privatização da educação, o fim da gratuidade no ensino superior. Até a liberdade de expressão nas escolas querem tolher, assim como o acesso de alunos pobres a disciplinas, como Filosofia, Sociologia, História, Artes e Educação Física.

O que mais é preciso para que reajamos todos juntos? Para defender direitos tão duramente conquistados? Para impedir um futuro cada vez mais bárbaro?

Os impactos do 'ajuste fiscal' já são sentidos em todo o Judiciário Federal – a crise e os problemas vividos na Trabalhista, cuja existência também é alvo potencial deste governo, podem se tornar regra caso a PEC 241 e o PLP 257 sejam aprovados.

Apostemos na soma de nossas forças. Nos custará caro eventual inércia diante do desastre anunciado. A paralisia pode significar a perda de décadas de direitos conquistados.

É possível derrotar os projetos do governo Temer. É possível obrigar este governo a sair e fazer com que eleições gerais sejam convocadas. Mas, para isso, é preciso reagir e participar das mobilizações.

**Ato nesta quinta (29), às 13h, no TRF - na av. Paulista**

**Participe das mobilizações - Nenhum direito a menos!**

**Participe do ato dos servidores na av. Paulista 1.842, em SP, nesta quinta-feira (29)**

# Reforma pode obrigar servidor a trabalhar até os 75 anos para se aposentar

No setor privado, propostas já divulgadas na mídia, e não negadas pelo governo, indicam que aposentaria se tornará impossível para maioria

A proposta de reforma da Previdência, que o governo Michel Temer vem divulgando, pode obrigar servidores públicos a trabalhar até os 75 anos para que possam requerer a aposentadoria plena.

É o que se depreende das regras que o governo disse querer mudar. Temer quer fixar idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição em 65 anos para todos. Hoje, não há idade mínima exigida no setor privado. Nos serviços públicos, ela é 55 (mulheres) e 60 anos (homens).

Outra novidade, divulgada pela "Folha de SP" e não negada pelo Planalto, prevê o aumento do

tempo mínimo de contribuição dos atuais 30 (mulheres) e 35 anos (homens) para 45 ou 50 anos.

O governo também deseja aumentar o tempo mínimo de contribuição para que o trabalhador possa se aposentar por idade dos atuais 15 para 25 anos – medida que poderá impedir um contingente expressivo de trabalhadores de se aposentar.

Não estaria ainda definido se a idade exigida para aposentadoria por contribuição será igual para homens e mulheres, o que pode adiar em até dez anos a aposentadoria de servidoras.

De qualquer modo, muita gente tenderia a ser obrigada a trabalhar até os 75 anos – nova idade

da compulsória, mudança sancionada ainda pela presidente Dilma – para cumprir a exigência de 45 ou 50 anos de contribuição, caso isso também seja aprovado.

Para a servidora Lynira Sardinha, da direção do Sintrajud, o governo Temer deveria estar mais preocupado em criar empregos, para que os mais de 11 milhões de desempregados possam um dia se aposentar pelas regras atuais, do que em dificultar o acesso ao benefício. "A Previdência é superavitária. Mas Temer continua sua escalada para cima da classe trabalhadora, enquanto deixa de fora as grandes fortunas e o sistema bancário. Só nos resta lutar", afirmou.

## Governo quer negociado acima de leis trabalhistas

Reforma pode afetar direitos históricos e ameaça papel da Justiça do Trabalho; aumento da jornada e terceirização estão entre os objetivos

Além das medidas que apontam para a precarização do serviço público, Michel Temer quer aprovar uma reforma trabalhista que pode arrancar direitos históricos dos trabalhadores e esvaziar a Justiça do Trabalho. A proposta, que deve ser encaminhada ao Congresso, já teve alguns pontos apresentados pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

O governo quer a 'flexibilização' da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), permitindo que os acordos coletivos possam prevalecer sobre a lei, mesmo que haja prejuízo para os trabalhadores. A permissão da terceirização de atividades fins também é uma das medidas centrais, já defendida pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Mesmo sem regulamentação, os terceirizados compõem, atualmente, um exército superior a 12,5 milhões de pessoas. Trabalham mais, sofrem mais acidentes, adoecem mais, recebem salários 24,4% menores que os demais trabalhadores e permanecem menos tempo no emprego, de acordo com dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos).

Outro aspecto da reforma, divulgado pelo ministro do Trabalho, é a contratação por horas trabalhadas ou por produtividade (serviço específico), incentivando o vínculo com mais de uma empresa. Junto a isso, o governo está propondo que a jornada de trabalho diária, que hoje é de até oito horas com no máximo mais duas extras, che-

gue a 12, durante quatro dias na semana. Nos outros três, o trabalhador pode ter folgas ou acumular um segundo emprego. Na prática, caso isso entre em vigor, a jornada semanal poderá chegar a 84 horas.

Para a diretora do Sintrajud Inês Leal, a reforma trabalhista e as medidas de ajuste fiscal devem aumentar exponencialmente a terceirização no setor público. "Na medida em que dificulta a admissão de novos servidores por concurso, o governo estimula a terceirização e a outras formas de precarização do trabalho no setor público", afirmou. "É preciso unir trabalhadores do serviço público e privado para derrotar as medidas do ajuste fiscal", concluiu.

## O QUE O GOVERNO JÁ DISSE SOBRE A PREVIDÊNCIA

### Idade mínima

De 65 anos para homens e mulheres, setores privado e público; cogita-se um dispositivo que eleve a até 70 anos no futuro.

### Regra de transição

Apenas para quem possui menos de 50 anos; neste caso, o trabalhador pagaria um 'pedágio' de 40% a 50%, a definir, sobre o tempo que falta para se aposentar. Valeria para servidores e segurados do INSS.

### Tempo de contribuição

Elevação para todos, inclusive servidores, do tempo de contribuição dos atuais 30 e 35 anos (mulheres e homens, respectivamente) para 45 ou 50 anos – quem não atingisse esse tempo, se aposentaria proporcionalmente. E aumento do tempo mínimo para ter direito à aposentadoria por idade, dos atuais 15 anos para 25 anos.

### Desvinculação

O governo cogita desvincular a aposentadoria do salário-mínimo; na prática, significa que o trabalhador aposentado poderia receber menos que um salário-mínimo. O governo estaria descartando essa medida.

### Loas - (Lei Orgânica da Assistência Social)

A intenção declarada é desvincular do salário-mínimo o benefício concedido (Loas) a quem não obteve condições de se aposentar. Hoje, 70% das aposentadorias do INSS são por idade (60 para mulheres, 65 para homens), mas é provável que boa parte das pessoas não se aposente mais, caso o tempo mínimo de contribuição exigido suba de 15 para 25 anos. Com isso, a Loas pode se tornar o único recurso, mas já com valor inferior ao salário-mínimo.

## Sociólogo compara propostas à escravidão

O professor Ricardo Antunes, da Faculdade de Sociologia da Unicamp, comparou ao regime escravocrata as relações de trabalho que tendem a se estabelecer, caso o projeto que tenta estender a terceirização para todas as áreas (PLC 30/2015 no Senado, antigo PL 4330).

"O PL diz que está expandindo os direitos dos trabalhadores terceirizados. Mas esse PL é insidioso, porque ele vai fazer com que todos os trabalhadores, de todos os setores passem a ser contratados em relações de trabalho interempresas", disse. Ele observou que a compra de escravos no Brasil também era terceirizada, por meio da burguesia holandesa. "A diferença é que hoje é locação e não compra", disse.

O sociólogo disse que o problema dos terceirizados não é falta de regulamentação, mas a burla sistemática dos direitos. Ele sustentou que a terceirização vem "se tornando o principal elemento do capital para destroçar a classe trabalhadora econômica, social, política e ideologicamente".

# PEC 241 e PLP 257 desviam recursos para pagar dívida que é caixa-preta

Projetos preveem cortes no serviço público para garantir o financiamento da dívida

Os ataques aos direitos dos trabalhadores, encaminhados pelo governo de Michel Temer (PMDB), são apresentados à população como medidas necessárias para superar o atual cenário de desaceleração da economia brasileira. O que pouco se discute é que enquanto o governo corta do orçamento da saúde, educação e serviços públicos, este ano, 47% do orçamento do país será destinado ao pagamento da dívida pública e seus juros, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida.

Ainda segundo a entidade civil, a chamada dívida pública chegou ao montante atual por cobrança abusiva de juros e, possivelmente, fraude de títulos, que estão em poder de bancos e grandes empresas. Por isso, o grupo reivindica uma auditoria da dívida pública brasileira, que investigue o processo de endividamento do país e a natureza dessa dívida.

No Brasil, a dívida interna federal cresceu mais de R\$ 730

bilhões em 11 meses, de janeiro a dezembro de 2015, fruto de política monetária que tem gerado dívida pública para transferir bilhões aos bancos nas operações de swap cambial, operações de mercado aberto, além dos juros abusivos.

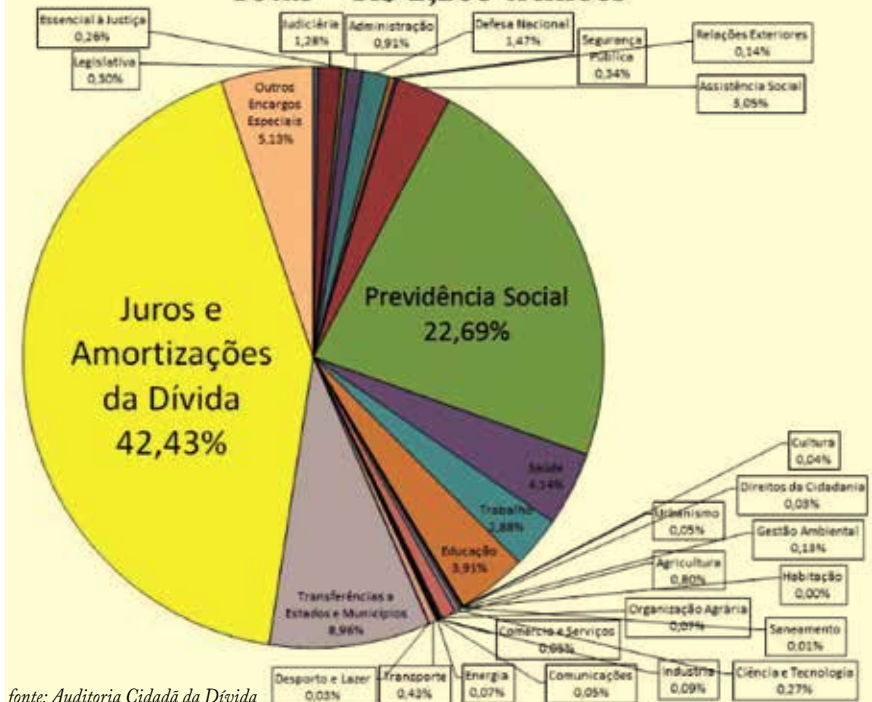
Em entrevista a Globo News que acabou não indo ao ar e que integraria um programa sobre dívida pública, a auditora fiscal aposentada Maria Lucia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, afirma que esses juros são abusivos e permitem que, mesmo no cenário de crise econômica, os lucros dos bancos e de grandes empresários continuem altíssimos. "Os bancos brasileiros querem remuneração abusiva, a taxa de lucratividade no Brasil não se compara com a taxa de lucratividade em lugar nenhum do mundo", disse.

Fatorelli vem afirmando, aliás, que o PLP 257 (agora PLC 54, no Senado) e a PEC 241 estão diretamente ligados à garantia

do financiamento desta dívida. O PLP 257 prevê uma estagnação no orçamento destinado aos serviços públicos, mas não impõe quaisquer restrições aos gastos com as dívidas dos Estados. Enquanto a PEC 241 propõe o congelamento do orçamento e a inevitável redução dos gastos sociais por até 20 anos, para que sobre recursos justamente para o pagamento da dívida.

Para a diretora do Sintrajud Raquel Morel, a dívida é a mais perversa forma de retirar recursos dos gastos sociais necessários à população. "É preciso destinar os recursos que são pagos para essa dívida fraudulenta às áreas sociais", disse.

Orçamento Geral da União (Executado em 2015) – Total = R\$ 2,268 trilhões



fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

## Estudos mostram que Previdência não tem déficit

Para apontar déficit na Previdência, comete-se fraude e desrespeita-se a Constituição, que prevê a contribuição do governo para equilibrar o sistema. É o que afirmam estudiosos 'não alinhados ao governo' do tema. "Trata-se de um mito, criado para justificar a privatização da previdência e dos serviços assistenciais, e destinar mais recursos para o setor financeiro", afirma, em artigo, o jornalista Piatã Müller, da Auditoria Cidadã. O governo só contabiliza recursos das contribuições de trabalhadores e patrões – e descarta fontes constitucionais como o Cofins.

## O QUE REPRESENTA A PEC 241

### Orçamento

Impede o crescimento das despesas primárias da União. A partir de 2017, a previsão de despesas não-financeiras da União fica restrita à do ano anterior, corrigida pela inflação medida pelo IPCA. Projeção mostra que a saúde perderia R\$ 654 bi em 20 anos.

### Juros livres

Apenas as despesas primárias ficam submetidas ao teto. Isto é, gastos com pessoal, políticas sociais, investimentos e manutenção da máquina pública. As despesas com juros e amortizações das dívidas públicas não são congeladas: ao contrário, recursos da saúde e educação podem ir para essas áreas.

### Desvinculação

Por 20 anos, os gastos com saúde e educação, hoje percentuais fixos das receitas definidos na Constituição, podem ficar congelados e passam a ter assegurados apenas a correção da inflação. Estudo mostra que se isso vigorasse de 2002 a 2015, a educação teria perdido R\$ 268,8 bilhões.

### Salários congelados

A PEC 241, na prática, inviabiliza reajustes salariais no setor público. Mas quando o teto não for cumprido, o governo deverá congelar os gastos com os servidores, inclusive a revisão anual prevista na Constituição. Também seriam suspensos os concursos públicos e as contratações.

### Estados e municípios

A PEC 241 atinge diretamente, no texto original, os serviços públicos federais. Mas o governo atua para estender as medidas aos estados e municípios.

### Mercado

Ao engessar o crescimento dos recursos destinados aos serviços públicos, a PEC 241 tende a fomentar não só a privatização, como o fim da prestação de serviços gratuitos à população.

### Previdência

A ideia de congelar os gastos públicos primários é indissociável da reforma da Previdência, admite o próprio governo. Proposta divulgada pela Casa Civil informalmente: aposentadoria com idade mínima de 65 anos para todos, homens e mulheres, das esferas privadas e públicas, podendo ser ampliada até 70 anos sem necessidade de nova reforma.

# Servidores defendem luta conjunta para deter retirada de direitos

Fórum dos Servidores convoca unidade de todo o funcionalismo e dos trabalhadores dos setores privados para construir mobilização e greve geral

**U**nidade e mobilização para deter as reformas e os projetos que o presidente Michel Temer, grandes empresários e a maioria do Congresso Nacional, com apoio da mídia comercial, tentam aprovar às pressas, e que podem levar à regressão de direitos de milhões de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

É o que defende o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que promoveu, de 12 a 14 de setembro, a primeira jornada unificada de protestos em Brasília, com representações de quase todo o país.

A jornada foi encerrada com reunião ampliada do fórum, que reuniu cerca de mil servidores na tenda armada no canteiro da avenida que corta a Esplanada dos Ministérios, na manhã do dia 14. Na véspera, mais de dez mil trabalhadores e estudantes haviam participado da primeira marcha nacional do funcionalismo, desde que Michel Temer assumiu o governo.

## ‘Fora Temer’

A reunião ratificou a decisão de prosseguir na construção da luta unificada. Duas datas para mobilizações em setembro foram referendadas: os dias 22, marcada por protestos em várias cidades do país, e o dia 29, próxima quinta-feira. Em São Paulo, o dia deverá ter paralisações de metalúrgicos, de outras categorias e ato dos servidores na av. Paulista, no TRF, a partir das 13h. Estará em debate os impactos das reformas da Previdência, trabalhista, PEC 241 e PLC 54/2016 (o antigo PLP 257) e a necessidade de combatê-lo.

As iniciativas são parte do movimento nacional que tenta deter as reformas e projetos do governo de Michel Temer (PMDB) que ameaçam direitos trabalhistas e previdenciários e podem se constituir no mais duro ataque aos serviços públicos das últimas décadas.

A reunião do Fórum dos Servidores

também confirmou a proposta de construção de uma greve geral em defesa de direitos, que envolva o conjunto dos servidores públicos, trabalhadores do setor privado e movimentos sociais.

“Precisamos pontuar a unidade dos trabalhadores, temos companheiros aqui da esfera municipal, estadual e federal [dos serviços públicos]. O Temer conseguiu juntar todo mundo, esse é o legado desse governo temerário: a unidade é que vai barrar esses ataques que estão preparados para o próximo período”, disse a servidora aposentada Maria Helena, que integra a direção do Sintrajud.

## Servidora propõe repetir em escala maior mobilização de 2015 do PJU e MPU



Ato dos servidores do Judiciário e MPU em agosto de 2015, em Brasília

Conquista do reajuste, que derrubou congelamento, pode virar pó se projetos forem aprovados

**O** que levou as cerca de dez mil pessoas ou mais a se deslocarem de seus estados para protestar e participar de atividades por até três dias em Brasília? A reportagem do Jornal do Judiciário fez essa pergunta para alguns dos manifestantes que participaram da marcha à capital federal.

Invariavelmente, a resposta leva à constatação de que é preciso unir todos os que estão contra as reformas do governo de Michel Temer, iniciadas ainda na gestão Dilma (PT).

Não há solução ou movimento isolado capaz de deter esse conjunto de projetos, avaliam. “Está atacando todo mundo essa retirada de direitos. Vai atingir a todos os trabalhadores”, resumiu o metalúrgico Roberto Selva, da Embraer, em São José dos Campos (SP). “Eu vim pela construção do movimento unificado contra a PEC 241”, disse o estudante universitário Vinícius Fernandes, de Paranaguá (PR).

A jornada em Brasília foi o primeiro passo de envergadura de uma luta que os servidores sabem que não será fácil. “Fico pensando se participar de atividades assim tem algum resultado, mas me deparo com a pergunta: mas e se não fizermos nada, como fica?”, indaga-se o servidor aposentado Márcio Lóis, do TRE de SP.

A servidora Vânia Pires, da JF de São Paulo, disse que o momento é de mobilização e que teme a aprovação de projetos como a PEC 241. Ela defendeu que os servidores do Judiciário Federal liderem um movimento com as mesmas características da campanha e da greve do ano passado pelo reajuste salarial, mas em uma amplitude muito maior. “Fizemos uma greve muito bonita, íamos a todos os gabinetes, temos que fazer um trabalho desses de novo”, disse.



Marcha a Brasília no dia 13 de setembro, convocada pelo Fórum dos Servidores